

## **ENGAJAMENTO PÚBLICO E DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA INSTITUCIONAL E NÃO-INSTITUCIONAL NA CIDADE DE SÃO PAULO**

**Isabele B. Mitozo<sup>1</sup>**  
**Michele G. Massuchin<sup>2</sup>**

**Resumo:** O artigo analisa como os habitantes de São Paulo, a maior capital do país, se comportam em relação aos modos de participação política, tanto presencial quanto online. Com base no Índice de Democracia Local de São Paulo, busca-se identificar como variáveis socioeconômicas estão correlacionadas aos hábitos de participação dos cidadãos, considerando quatro formas distintas: atividade institucional, não-institucional, presencial e online. A discussão que embasa a análise parte do pressuposto de que participação política é uma atividade bastante cara às democracias modernas, constituindo-se como um conceito abordado e ampliado ao longo do tempo pelos estudos em Ciência Política, significando desde a atividade de escolher seus representantes em uma democracia até realizar intervenções na tomada de decisão pública no âmbito das instituições políticas, inclusive por meios online. Utilizando-se de análises de correlação e da observação da dependência de variação das variáveis acima mencionadas, percebe-se que maior renda e escolaridade estão associadas à maior participação em atividades institucionais, sendo que esses fatores são ainda mais significativos nas mesmas direções para a participação não-institucional. Além disso, a escolaridade tem maior correlação com ambos os tipos de participação em relação à renda. Além disso, os dados indicam que jovens não tendem a participar com mais frequência de atividades online se comparados a outros grupos geracionais.

**Palavras-chave:** Participação política; Engajamento público; Democracia; São Paulo

*Recebido em: 24/04/2020*

*Aceito em: 01/09/2020*

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta da Universidade Federal do Maranhão. Professora e pesquisadora dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (UFMA) e em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA). E-mail: [ibmitozo@gmail.com](mailto:ibmitozo@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora Adjunta da Universidade Federal do Paraná. Professora e pesquisadora dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação e em Ciência Política da UFPR. E-mail: [mimasschin@gmail.com](mailto:mimasschin@gmail.com)

## **PUBLIC ENGAGEMENT AND DEMOCRACY: AN ANALYSIS OF THE INSTITUTIONAL AND NON-INSTITUTIONAL POLITICAL PARTICIPATION IN THE CAPITAL CITY OF SÃO PAULO, BRAZIL**

**Abstract:** The paper analyzes how the citizens from São Paulo, the biggest capital city in the country, behave concerning online and offline political participation. Based on the Local Democracy Index of São Paulo, we aim to identify how socioeconomic variables are correlated to the habits of participation of these individuals, by considering four types of activities: institutional, non-institutional, offline and online ones. The study presupposes that political participation is a vital activity for democracies, and it is a concept widened along the time by the research on Politics, meaning from choosing a representative to intervening on the decision-making process, including actions through online means. Methodologically, we use analysis of correlation and dependency between the variables above-mentioned. The results show that higher income and level of education are associated to more participation of the individuals in institutional activities, and those factors are even more significant when we analyze the non-institutional activities. Furthermore, education is more correlated to both types of participation than income is. Concerning the variable age and its relation to online and offline participation, the young citizens tend not to engage more frequently with online activities, compared to the other generational groups.

**Key words:** Political participation; Public engagement; Democracy; São Paulo; Brazil

## 1. Introdução

A participação política é uma atividade cara às democracias modernas. Ela se constitui como um conceito bastante discutido e ampliado ao longo do tempo pelos estudos de diversas áreas, especialmente da Ciência Política, englobando tanto a atividade de escolher representantes em uma democracia (Milbrath, 1965) quanto a realização de intervenções na tomada de decisão pública no âmbito das instituições políticas (Faria, 1996; Avritzer *et al.*, 2007; Sampaio, 2010), inclusive por meios online (Faria, 2012; Mitozo, 2013, 2018; Leston-Bandeira, 2019), dentre outros significados.

Tomando por base esse conceito, em sentido amplo, o artigo tem por objetivo analisar como os habitantes de São Paulo, a maior capital do país, se comportam em relação aos modos de participação política a que têm acesso, com foco nas atividades de engajamento coletivo presencial ou online. A pesquisa parte dos dados do Índice de Democracia Local de São Paulo, elaborado e aplicado pelo Instituto Sivis em parceria com o Instituto Olhar, que aferiu, dentre outros fatores, o nível de participação dos habitantes da referida capital em eleições, partidos e outras atividades políticas, considerando tanto as institucionais como não-institucionais. A partir dos dados quantitativos obtidos pelo questionário, busca-se verificar como as variáveis socioeconômicas estão correlacionadas aos hábitos de participação dos cidadãos, a partir da seguinte divisão: 1) atividade participativa institucional; 2) atividade participativa não-institucional; 3) atividade participativa presencial; e 4) atividade participativa online.

São Paulo, o maior colégio eleitoral do país, é uma cidade recentemente marcada pelo início de um dos maiores protestos brasileiros dos últimos anos: as chamadas “jornadas de junho” de 2013. Essas manifestações contribuíram para que essa capital tenha sido destaque quando o assunto é participação política no Brasil. Além disso, São Paulo merece atenção por ter tido, proporcionalmente, maior *turnout* eleitoral que o da população brasileira (i.e., enquanto 28,8% dos brasileiros aptos a votar não foram às urnas nas eleições de 2018, 21,2% dos paulistanos não votaram nesse mesmo pleito<sup>3</sup>).

Desse modo, e tendo por base resultados encontrados por estudos anteriores acerca de casos brasileiros e internacionais, a pesquisa investiga três hipóteses sobre a participação política na cidade de São Paulo: H1) cidadãos com menores renda e nível de escolaridade tendem a aderir mais a atividades participativas institucionais em comparação com aquelas não-institucionais; H2) atividades relativas à participação não-institucional tendem a ser mais frequentemente praticadas por cidadãos com maior renda e maior nível de escolaridade; H3) jovens tendem a efetivar sua participação mais via online, tanto em relação aos demais cidadãos quanto se comparado com sua própria atuação em atividades presenciais. A fim de testá-las, realizam-se análises de

---

<sup>3</sup> Fonte TSE. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas-eleitorais> (Acesso em 20 junho 2020).

associação e correlação entre a participação nos tipos de atividade acima elencados e variáveis socioeconômicas, a saber, renda, escolaridade e faixa etária. Por fim, discutem-se os resultados e apresentam-se as conclusões que podem ser estabelecidas a partir do caso em análise.

## **2. O fenômeno da participação política: abrangência e influências**

### *2.1 Controvérsias do conceito de Participação Política*

Sempre que o tema em discussão é participação política, longas retomadas histórico-conceituais são realizadas pelos estudos, pois, talvez, não exista termo tão polissêmico na política quanto esse. Desse modo, percebem-se distinções e mesmo gradações que vão se acumulando na literatura sem que se estabeleça um consenso quanto às atividades que se caracterizam como participação política dos indivíduos. Essa polissemia se reflete nas variáveis explicativas acionadas pelas pesquisas ao longo do tempo e, conseqüentemente, no resultado de suas influências, caso a caso, o que será brevemente discutido nesta seção.

Iniciando pelas compreensões mais estreitas de participação política, tem-se o trabalho de Milbrath (1965), que, seguindo uma visão elitista de democracia, defende que participar consiste no simples ato de votar nas eleições, a fim de escolher os representantes. Com uma visão um pouco mais ampliada, Huntington e Nelson (1976) não consideram participação política apenas a atividade eleitoral, mas, ainda assim, incluem nesse conceito apenas atividades com um cálculo finalista (Bonifácio, 2012), ou seja, participar seria desenvolver ações que possuem clara intenção de influenciar diretamente a tomada de decisão. Nesta abordagem, por exemplo, informar-se politicamente e discutir em ambientes públicos não seriam atividades de participação política. Leston-Bandeira (2012) traz discussão similar, mas apresentando uma visão gradativa que vai de engajamento público – ou seja, atividades de envolvimento com o campo da política (como solicitar acesso a informações públicas) – a participação política – como discussões em fóruns institucionais ou petições junto ao parlamento (Leston-Bandeira 2019) que exerçam algum poder de influência sobre a decisão política.

Booth e Seligson (2009), a partir de estudos de casos latino-americanos, ampliam esse leque de ações, pois acreditam que participação política vá além de fatores relacionados às elites políticas, ou direcionadas por elas, consistindo também em atividades associativas comunitárias, organizações coletivas que se formam para solucionar problemas que os governos não resolvem. Abers e von Bulow (2011) dão pistas de que os movimentos sociais e a sociedade civil são agentes importantes para compreender formas de participação e, até mesmo, vínculos que podem se dar tanto externos quanto internos ao Estado. No entanto, no Brasil, com a institucionalização de

muitos espaços participativos, a agenda de estudos migrou e deu foco significativo a formas participativas institucionalizadas (Lavalle, 2011).

Mas, por outro lado, com um panorama de crescente conexão online e consequente utilização de ferramentas digitais por instituições políticas e indivíduos, surgem, no campo maior da e-Democracia, os estudos sobre e-Participação. Eles consistem na investigação do desenvolvimento de ferramentas que fomentem habilidades participativas dos cidadãos junto às instituições democráticas por meios online (Sanford; Rose, 2007). Esse conceito envolve, de acordo com a literatura, níveis de participação que vão desde engajamento a *empowerment* da esfera civil no processo de tomada de decisão (Koussouris *et al.*, 2011). De acordo com os estudos empíricos, essa evolução passa por informação, consulta (Aichholzer; Allhutter, 2011), compreensão dos dados, identificação da influência da instituição no cotidiano (Leston-Bandeira, 2012), e tomada de decisão (Leston-Bandeira, 2012; Koussouris *et al.*, 2011). Percebe-se, portanto, que e-Participação herda a polissemia do conceito clássico de participação política, assim como as iniciativas online têm aberto espaço para grande variedade de opções de participação e, consequentemente, para uma discussão de suas novas modalidades, sejam elas institucionais (portais como o eDemocracia<sup>4</sup>, da Câmara dos Deputados, ações de Orçamento Participativo online etc.) ou não (aplicativos de fiscalização de gastos públicos, como o projeto Operação Serenata de Amor<sup>5</sup>).

Deve-se adicionar a essa discussão, ainda, que a localização geográfica e a cultura política de um país contribuem para que se desenvolvam diferentes formas de engajamento do público com o campo da política, e isso influencia o modo como os estudos veem a participação. Assim, torna-se necessário discutir variáveis explicativas adotadas ao longo do tempo e como elas têm expressado resultados distintos combinadas às formas de participação.

## 2.2. Variáveis que podem influenciar a participação política

De acordo com o arcabouço teórico e analítico acerca de participação política, em sentido mais amplo, há diversos fatores que condicionam (positiva ou negativamente) atividades desse teor: 1) estruturas ou ocasiões para ação: por exemplo, regras para a competição política, associações voluntárias da sociedade civil que podem se mobilizar etc.; 2) cultura política; 3) características individuais (psicológicas ou sociológicas). De todo modo, Giacomo Sani alerta que, em relação especialmente à influência exercida por essas características individuais, "é preciso ter presente que se tratam de tendências e não de uniformidade absoluta" (Sani, 1998, p.890). Essa é uma afirmação valiosa quando se trata dos estudos sobre atitudes e comportamentos políticos, em geral, e sobre participação política, especificamente.

---

<sup>4</sup> Cf. [www.edemocracia.camara.leg.br](http://www.edemocracia.camara.leg.br)

<sup>5</sup> Cf. <https://serenata.ai/>

Confirmando a ressalva de Sani (1998), quando se observa a literatura, percebe-se que, de fato, há uma infinidade de fatores e resultados encontrados em cada caso analisado. Dentre as razões que levariam os indivíduos a votar, por exemplo, encontramos: classe social (Verba; Nie, 1972); partidos, campanhas e movimentos sociais (Brody, 1978); geração e contato com a democracia (Fuks *et al.*, 2018; Moreno; Lagos, 2016); legado democrático (Ribeiro *et al.*, 2018; Booth; Seligson, 2009; Mainwaring; Pérez-Liñan, 2013); economia (Camargos, 1999).

De acordo com Norris (1999), “a participação política de um indivíduo é motivada por sua capacidade e vontade de compreender informações acerca do campo da política”. Desse modo, ele se torna mais influente e desenvolvem-se habilidades para constituir um eleitorado mais crítico em relação ao processo eleitoral e ao governo. Essa teoria ficou conhecida como “teoria da mobilização cognitiva”, ou modelo de engajamento cognitivo. De acordo com ela, a participação partidária é uma forma de mobilização mais frequente entre cidadãos com maior escolaridade, que possuem maior sentimento de eficácia política subjetiva, maior contato com política em suas conversas, acesso a informações desse teor, que praticam ativismo eleitoral e participam de associações voluntárias.

A partir dessa teoria de Norris (2000), Dalton (2013) desenvolve um índice de mobilização cognitiva, cruzando variáveis sociológicas (escolaridade, interesse por política e simpatia partidária) para identificar perfis relacionados ao grau de partidarismo dos cidadãos em uma sociedade, a saber, independentes apolíticos, partidários rituais, partidários cognitivos e apartidários. O autor constata, então, que maior escolaridade, acesso à informação política e compreensão do papel das instituições leva os indivíduos a desenvolver habilidades políticas mais refinadas. Borba e colegas (2016, p.32), entretanto, afirmam que esse panorama se aplicaria apenas a países cuja democracia já está bastante consolidada, pois “o contexto das nações que experimentaram suas transições políticas apenas na Terceira Onda, todavia, é bastante distinto e merece atenção especial quando se trata da avaliação dos potenciais efeitos negativos do apartidarismo”. Assim, os referidos autores desenvolvem uma pesquisa no Brasil, a partir da qual constatam que eleitores mais velhos tendem a se engajar menos em atividades de partidos políticos, ao passo que, por outro lado, esses mesmos indivíduos reforçam sua devoção a essas instituições (partidários rituais).

Outra corrente de estudos, denominada de estudos do comportamento político geracional, argumenta que as atitudes e comportamentos políticos seriam moldadas pelas experiências históricas da juventude, teoria que influencia diretamente as pesquisas de Ronald Inglehart. Os trabalhos deste autor (Inglehart, 1999; Inglehart; Welzel, 2005) defendem que os indivíduos pós-materialistas (ou seja, aqueles cujas necessidades básicas já foram supridas e, por isso, defendem causas mais progressistas, como direitos de minorias e proteção ao meio-ambiente), especialmente os jovens, teriam maior interesse por política. Por outro lado, o estudo de Dalton (2013), já mencionado neste trabalho, constata que os mais jovens, embora tenham

apresentado maior escolaridade, são menos interessados por política. Nesse mesmo sentido, Moreno e Lagos (2016), a partir de estudo que analisava a relação entre faixa etária e apoio à democracia, concluem que os mais jovens, que tiveram toda a sua socialização dentro de um regime democrático, tendem a apoiá-lo, mas são superados nessa confiança por aqueles mais velhos que viveram a República antes da ditadura militar e os horrores do autoritarismo desse último regime, e que, por sua vez, tendem a participar mais. Esses estudos mostram que a variável idade é bastante controversa e, portanto, não seria a única determinante em um estudo acerca de como os indivíduos se engajam com a política.

A renda é uma variável explicativa também constante nos estudos acerca de fatores que influenciam o comportamento político dos indivíduos, sobretudo quanto à participação política. Verba, Schlozman e Brady (1995) acreditam que uma maior participação política está associada a maiores condições socioeconômicas. Essa é uma relação que também se constata no caso brasileiro, conforme afirma o estudo de Oliveira (2001), tendo como unidade de análise dados sobre os municípios brasileiros. Todavia, deve-se observar que ela não é uma variável explicativa absoluta, pois depende da variável utilizada para medir a participação. De acordo com a referida pesquisa, quando se utilizam participação em sindicatos e comparecimento eleitoral, por exemplo, há, sim, uma relação direta e forte com maior renda; no entanto, quando se observam os votos válidos resultantes desse comparecimento eleitoral, a renda não apresenta qualquer influência sobre essa decisão.

Tendo por base a discussão acima, este trabalho pretende, portanto, adotar uma visão mais conjuntural da influência de variáveis socioeconômicas, como os estudos brasileiros têm desenvolvido, a fim de identificar o que caracteriza a participação política do eleitor paulistano, especialmente comparando atividades institucionais e não-institucionais, assim como aquelas online e presenciais, justamente para verificar se há diferenças e variações como as pesquisas têm indicado. Não se pode, contudo, deixar de apresentar as particularidades do caso em tela, ao menos no que concerne à participação política que tem marcado a cidade de São Paulo nos últimos anos, o que se realiza na seção seguinte.

### *2.3 O caso de São Paulo: um breve histórico da participação política*

São Paulo é uma das principais cidades do Brasil, tanto em termos econômicos quanto populacionais. Sempre foi a grande rota de oportunidades para brasileiros de todas as regiões. Seus mais importantes jornais – O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo – também são dois dos três impressos de maior circulação no país e, desse modo, dão bastante destaque a notícias sobre política nacional (Marques *et al.*, 2019).

Ultimamente, a capital paulista tem sido marcada por intensas disputas entre grupos políticos que se autointitulam apartidários. Esse movimento tem seu estopim no início daqueles

que se tornaram “os maiores protestos desde o impeachment do ex-presidente Fernando Collor” (Segurado *et al.*, 2019, p.50). Em junho de 2013, o que se iniciou com protestos contra o aumento do valor das passagens do transporte urbano, liderado pelo Movimento Passe Livre (MPL)<sup>6</sup>, e a indignação com a repressão policial em relação às manifestações, logo se tornou um conglomerado de heterogeneidade tamanha que resultou em confrontos internos ao movimento e teve seu foco, primariamente local, canalizado para o governo federal (Segurado *et al.*, 2019). Assim, conforme afirmam as autoras citadas,

“Os coletivos de ação política e movimentos sociais surgidos a partir das jornadas de junho se inserem na dinâmica do ciclo de protestos globais iniciados em 2011 que se caracterizaram por criticarem as lideranças e os partidos políticos, em específico, e em geral as instituições democráticas [...]. Soma-se a esse descontentamento, a insatisfação por parte da população em relação aos representantes, frequentemente envolvidos em escândalos de corrupção” (Segurado *et al.*, 2019, p.52).

Nesse âmbito, com as manifestações fora do controle do MPL, transformando-se em uma massa com clamores muitas vezes distintos, nasce um movimento de iniciais similares, mas com uma pauta contrária àquelas do MPL: o Movimento Brasil Livre (MBL). No ano seguinte, surge o Movimento Vem pra Rua, que, inicialmente, liderava os protestos contra a realização da Copa do Mundo no Brasil, evoluindo para o combate a toda a corrupção do campo político. A capital paulista acolhe também um dos maiores protestos a favor do impeachment da Presidente do país à época, recém reeleita, Dilma Rousseff. Esses e outros fatores justificam a necessidade de um estudo sobre atitudes e comportamentos em relação à participação política dos habitantes de São Paulo, especialmente dando atenção a atividades não-institucionais que, como percebe-se, estiveram bastante presentes no cenário estudado.

---

<sup>6</sup> Esse movimento, existente em todo o país e que defende a tarifa zero no transporte público, iniciou protestos em São Paulo, em junho de 2013, devido ao aumento de vinte centavos no valor do transporte urbano dessa cidade. A onda de protestos se espalhou pelo país, pois houve aumento de tarifas em quase todas as capitais.



### 3. Estratégias metodológicas

Com base no Índice de Democracia Local de São Paulo, os dados analisados neste artigo buscam verificar, então, como os habitantes de São Paulo se comportam em relação à participação política, a partir das diferenças socioeconômicas, dialogando com as discussões trazidas pela literatura (Inglehart; Welzel, 200; Dalton, 2013; Moreno; Lagos, 2016; Verba, Schlozman, Brady, 1995; Oliveira, 2001). Desse modo, variáveis nesse âmbito são associadas aos hábitos de participação dos cidadãos, para verificar tanto as possíveis diferenças que emergem quando se trata da intensidade da participação quanto quais delas possuem maior correlação e explicam mais as variações no comportamento dos cidadãos.

Além disso, como a discussão teórica reforça, a participação pode ter distintas gradações no que tange à sua institucionalização (Leston-Bandeira, 2012; Booth e Seligson, 2009) e pode se dar a partir de diversos formatos, o que exige atenção aos diferentes eixos deste fenômeno e como cada uma das variáveis socioeconômicas – renda, escolaridade e idade – incide sobre eles. Portanto, os dados são apresentados considerando quatro formas agregadas de participação política, observando seu nível de institucionalização e sua relação com as tecnologias digitais. Dessa forma, dividiu-se a participação em atividades institucional, não-institucional, presencial e online.

A relação destas variáveis supracitadas é discutida tendo em vista as características das ações participativas na cidade de São Paulo nos últimos anos, aferidas por outros trabalhos, conforme discutido na seção teórica, assim como dados de Oliveira (2001), sobre participação política em municípios, da Pesquisa Brasileira de Mídia (Brasil, 2016) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2017-2018), sobre acesso à internet, que sustentam as três hipóteses apresentadas e que direcionam a análise no próximo tópico:

H1) cidadãos com menores renda e nível de escolaridade tendem a aderir mais a atividades participativas institucionais em comparação àquelas não-institucionais;

H2) atividades relativas à participação não-institucional tendem a ser mais frequentemente praticadas por cidadãos com maior renda e maior nível de escolaridade;

H3) jovens tendem a efetivar sua participação mais via online, tanto em relação aos demais cidadãos quanto se comparado com sua própria atuação em atividades presenciais.

Para a definição dos tipos de atividades – institucional, não-institucional, presencial e online – foram criados índices a partir do agrupamento de variáveis presentes no banco de dados que remetiam aos tipos de atividades a serem investigadas. Com exceção da atividade participativa online, medida com base em uma única questão, todas as demais representam a

junção de diversas perguntas elencadas no *survey* aplicado. O quadro abaixo indica o agrupamento das questões e a constituição dos índices.

Quadro 1 – Resumo dos índices criados a partir das questões do *survey* respondido

Eixo	Índices	Questões
Grau de institucionalização	Atividade participativa institucional	[P3] Com qual frequência o (a) sr./sra. participa de atividades políticas que envolvem partidos e finalidades eleitorais, tais como comícios eleitorais, debates eleitorais, reuniões políticas, convenções partidárias, entre outras?
		[P5] Com qual frequência o (a) sr./sra. participa de atividades políticas realizadas pelo poder público, tais como conselhos municipais, plebiscitos, referendos, audiências públicas, entre outras?
	Atividade participativa não-institucional	[P7] Com qual frequência o (a) sr./sra. participa de atividades políticas de organizações da sociedade civil, tais como associações de bairro, sindicatos, movimentos sociais, ONGs, entre outras?
		[P9] Com qual frequência o (a) sr./sra. participa de atividades políticas presenciais de demonstração pública, tais como protestos, manifestações, passeatas, carreatas, entre outras?
		[P11] Com qual frequência o (a) sr./sra. participa de atividades políticas virtuais, tais como engajamento político em redes sociais, fóruns de discussão online, enquetes online, entre outras?
Forma de participação	Atividade participativa presencial	[P3] Com qual frequência o (a) sr./sra. participa de atividades políticas que envolvem partidos e finalidades eleitorais, tais como comícios eleitorais, debates eleitorais, reuniões políticas, convenções partidárias, entre outras?
		[P5] Com qual frequência o (a) sr./sra. participa de atividades políticas realizadas pelo poder público, tais como conselhos municipais, plebiscitos, referendos, audiências públicas, entre outras?
		[P7] Com qual frequência o (a) sr./sra. participa de atividades políticas de organizações da sociedade civil, tais como associações de bairro, sindicatos, movimentos sociais, ONGs, entre outras?
		[P9] Com qual frequência o (a) sr./sra. participa de atividades políticas presenciais de demonstração pública, tais como protestos, manifestações, passeatas, carreatas, entre outras?
	Atividade participativa online	[P11] Com qual frequência o (a) sr./sra. participa de atividades políticas virtuais, tais como engajamento político em redes sociais, fóruns de discussão online, enquetes online, entre outras?

Fonte: As autoras, a partir dos dados do Instituto Sivos (2020).

É importante ressaltar que os dois eixos são compostos pelas mesmas perguntas e o que varia a composição de cada um é a diferença a partir de duas características: formato e grau de institucionalização. A participação presencial pode ser composta por atividades institucionais e

não-institucionais, por exemplo, da mesma forma que a atividade participativa não-institucional pode reunir tanto formatos presenciais quanto online. Em relação às variáveis independentes, que buscam explicar a maior ou menor participação, seja com base no grau de institucionalização ou pelo formato – são renda, escolaridade e idade, obtidas a partir de três questões do *survey*, apresentadas no quadro abaixo.

Quadro 2 – Resumo das variáveis independentes

Variáveis independentes socioeconômicas	[E3] Faixa etária
	[E4] Qual é o seu grau de escolaridade?
	[C1] Somando a renda mensal de todas as pessoas da família que moram com o (a) sr./sra., em qual dessas faixas se enquadra o total da sua renda familiar?

Fonte: As autoras (2020)

Com base nas variáveis dependentes e independentes apresentadas, a análise está dividida em duas partes. Primeiramente, são discutidos os dados que dialogam com as hipóteses 1 e 2, sobre atividades participativas institucionais e não-institucionais e sua relação com renda e escolaridade. Na sequência, são abordadas as análises que dizem respeito à participação presencial e online, relacionando-as com a idade dos respondentes e dialogando, portanto, com a terceira hipótese.

#### 4. Análise dos dados: a variação da participação a partir de dados socioeconômicos

A participação pode ter variação em sua intensidade, a depender de diversos fatores, assim como pode haver diferenças entre as distintas formas pelas quais a sociedade civil pode efetivar sua relação com a política. Neste sentido, busca-se verificar como fatores socioeconômicos interferem na intensidade da participação, seja ela institucional ou não-institucional. No geral, os dados indicam que a participação institucional – seja a partir de partidos políticos ou de iniciativas do poder público – tem baixa adesão dos cidadãos da cidade de São Paulo, pois 75% dos respondentes indicam muito baixa frequência neste tipo de atividade. Com alta intensidade de participação, ao contrário, está menos de 2% da população.

No entanto, quando observado como a renda está associada à variação no nível de participação institucional, percebem-se diferenças significativas ( $p < 0,05$ ), pois, à medida que o poder aquisitivo da população aumenta, também tende a haver maior participação. Enquanto 46,7% da população que recebe mais de 20 salários mínimos tem baixa participação política, o percentual chega a quase 79% quando se refere à população que recebe até um salário mínimo.

Por outro lado, enquanto quem tem maior poder aquisitivo e indica nas respostas alta participação chega a um total de 13,3%, no caso de quem recebe até um salário mínimo esse percentual atinge apenas 1,4%.

Tabela 1 – Distribuição da participação institucional conforme a renda

Participação institucional		Até 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 5 salários mínimos	Mais de 5 a 10 salários mínimos	Mais de 10 a 20 salários mínimos	Mais de 20 salários mínimos	Total
Muito Baixa	N	348	564	544	200	47	14	1717
	%	78,9%	78,6%	73,5%	67,8%	60,3%	46,7%	74,6%
	R.p.	1,1	1,2	-,3	-1,4	-1,5	-1,8	
Baixa	N	44	85	125	47	15	6	322
	%	10,0%	11,8%	16,9%	15,9%	19,2%	20,0%	14,0%
	R.p.	-2,3	-1,5	2,1	,9	1,2	,9	
Mediana	N	29	36	36	20	6	3	130
	%	6,6%	5,0%	4,9%	6,8%	7,7%	10,0%	5,6%
	R.p.	0,8	-,7	-,9	,8	,8	1,0	
Alta	N	14	21	28	22	8	3	96
	%	3,2%	2,9%	3,8%	7,5%	10,3%	10,0%	4,2%
	R.p.	-1,0	-1,6	-,5	2,8	2,6	1,6	
Muito Alta	N	6	12	7	6	2	4	37
	%	1,4%	1,7%	0,9%	2,0%	2,6%	13,3%	1,6%
	R.p.	-0,4	,1	-1,4	,6	,7	5,1	
Total	N	441	718	740	295	78	30	2302
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square: 78,732 p=0,000

Fonte: As autoras (2020)

No geral, percebe-se que, na medida em que a renda vai aumentando, também tende a crescer o interesse pela participação institucional, o que pode ser verificado pela direção dos resíduos padronizados. Além disso, a relação mais forte entre as categorias das duas variáveis está em renda muito alta e intensidade muito alta de participação (Rp. 5,1). Desse modo, percebe-se que a renda incide na intensidade de participação, porém pode não ser o único fator. Por isso, a pesquisa também relaciona o engajamento com essas atividades com a escolaridade dos cidadãos de São Paulo.

Os dados da tabela seguinte indicam que há relação significativa ( $p < 0,05$ ) entre pares de categorias das variáveis, o que mostra que a escolaridade também está associada à intensidade da participação política institucional dos indivíduos. Enquanto quase 65% das pessoas com ensino

superior completo se concentram em participação muito baixa, esse número chega a quase 82% entre a população sem instrução ou com ensino fundamental incompleto. Observando-se os resíduos padronizados, percebe-se que, com o aumento do nível de escolaridade, tende-se também a aumentar a participação. Porém, esse direcionamento não se mantém de forma tão evidente quando se trata da participação muito alta, com uma distribuição esperada, isto é, sem grande variação em relação ao nível de escolaridade, ao contrário do que se pôde constatar pela renda, anteriormente.

Tabela 2 – Distribuição da participação institucional conforme a escolaridade

Participação Institucional		Sem instrução e ensino fundamental incompleto		Ensino médio completo/Ensino superior incompleto		Ensino superior completo ou mais		Total
		N	%	N	%	N	%	
Muito Baixa	N	495		252		628		1802
	%	81,8%		78,3%		76,5%		74,8%
	R.p.	2,0		0,7		0,6		-3,0
Baixa	N	52		35		124		332
	%	8,6%		10,9%		15,1%		13,8%
	R.p.	-3,4		-1,4		1,0		3,1
Mediana	N	28		17		36		136
	%	4,6%		5,3%		4,4%		5,6%
	R.p.	-1,1		-0,3		-1,5		2,9
Alta	N	17		11		27		101
	%	2,8%		3,4%		3,3%		4,2%
	R.p.	-1,7		-0,7		-1,3		3,5
Muito Alta	N	13		7		6		38
	%	2,1%		2,2%		0,7%		1,6%
	R.p.	1,1		0,9		-1,9		0,5
Total	N	605		322		821		2409
	%	100,0%		100,0%		100,0%		100,0%

Chi-Square: 73,367 p=0,000

Fonte: As autoras (2020).

De toda forma, mesmo com a menor diferença nas variações quando observada a participação mais intensa, a escolaridade está associada à participação política, ao menos quando se trata de atividades institucionais. Não se sabe ainda se mais ou menos do que em relação àquelas não-institucionais e nem em qual delas tende a haver mais chances de participação de cidadãos de menor renda e escolaridade. Logo, na sequência, observa-se como isso ocorre na participação não-institucional, para ter uma resposta à primeira hipótese.

Relacionam-se os mesmos dados de renda e escolaridade, mas olhando a partir deste ponto para uma participação menos dependente do Estado. Observando a distribuição da intensidade, percebe-se que 44,5% dos respondentes têm uma participação não-institucional muito baixa, ou seja, raramente ou poucas vezes comentam online, participam de manifestações ou vão a atividades sindicais, por exemplo. E o percentual de respondentes cai significativamente conforme aumenta a intensidade: apenas 1,9% tendem a ter uma participação muito alta em atividades não-institucionais.

No entanto, tende a haver mais participação não-institucional que institucional de forma mais intensa, pois enquanto a participação institucional concentrava quase 75% das respostas em uma participação muito baixa, aqui esse percentual cai para 44,5%. O contexto recente de São Paulo, em que se intensificaram as atividades como passeatas, maior aproximação com ONGs e uso das redes sociais digitais, conforme apresentado na seção teórica, pode ajudar a entender esse maior engajamento em atividades não-institucionais. De toda forma, não se percebe uma diferença em relação àquela participação recorrente, mas uma participação intermediária, possivelmente do cidadão que passou a se interessar por algumas discussões e debates mais próximos de seu cotidiano. Ou seja, a participação com intensidade muito alta pouco se altera, seja de uma forma ou de outra.

Mas, se observamos a distribuição conforme a renda (Tab.3), nota-se que seguimos um caminho muito similar ao da participação institucional. A relação entre as variáveis é significativa ( $p < 0,05$ ), entretanto há distribuições desequilibradas entre as categorias, mostrando que, quanto menor a renda, menor tende a ser a intensidade também da participação fora das instituições políticas, mais ligadas a entidades societárias. A diferença, no entanto, é que aqui tem-se também uma concentração maior da participação muito baixa entre pessoas que recebem até dois salários mínimos, se comparada com o total.

Tabela 3 – Distribuição da participação não-institucional conforme a renda familiar

Participação não-institucional		Até 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 5 salários mínimos	Mais de 5 a 10 salários mínimos	Mais de 10 a 20 salários mínimos	Mais de 20 salários mínimos	Total
Muito Baixa	N	265	361	294	82	14	9	1025
	%	59,7%	50,4%	39,8%	27,8%	17,9%	30,0%	44,5%
	R.p.	4,8	2,4	-1,9	-4,3	-3,5	-1,2	
Baixa	N	124	221	257	96	21	8	727
	%	27,9%	30,9%	34,8%	32,5%	26,9%	26,7%	31,6%
	R.p.	-1,4	-,3	1,5	,3	-,7	-,5	
Mediana	N	32	77	114	65	24	3	315
	%	7,2%	10,8%	15,4%	22,0%	30,8%	10,0%	13,7%
	R.p.	-3,7	-2,1	1,3	3,9	4,1	-,5	
Alta	N	18	45	60	44	17	7	191
	%	4,1%	6,3%	8,1%	14,9%	21,8%	23,3%	8,3%
	R.p.	-3,1	-1,9	-,2	3,9	4,1	2,9	
Muito Alta	N	5	12	14	8	2	3	44
	%	1,1%	1,7%	1,9%	2,7%	2,6%	10,0%	1,9%
	R.p.	-1,2	-,5	0,0	1,0	0,4	3,2	
Total	N	444	716	739	295	78	30	2302
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square: 188,615 p=0,000

Fonte: As autoras (2020).

Observando a direção dos resíduos percebe-se que participação muito baixa se concentra, mais uma vez, entre pessoas com menor renda, enquanto aquelas de maior renda tendem a ter uma relação mais forte com a participação mais intensa por meio dessas formas não-institucionais. Porém, o resíduo que mostra a força da relação entre as variáveis indica que, aqui, baixa renda está muito mais associada com a baixa participação (|4,8|, enquanto na participação institucional era de |2,4|). Ou seja, a renda tem um impacto mais evidente na participação mais espontânea por parte do cidadão, como a ida a uma passeata ou na discussão sobre questões políticas por redes sociais, por exemplo.

E, da mesma forma que a tabela 2, a tabela 4, na sequência, relaciona escolaridade com a intensidade da participação política, agora não-institucional. Percebe-se que a relação entre as variáveis é significativa também ( $p < 0,05$ ), ou seja, há relações entre as categorias das variáveis. E, da mesma forma que no caso da renda, há maiores variações no caso da participação não-institucional que institucional. A direção da relação é a mesma, pois conforme aumenta a escolaridade também tende a se intensificar a participação não-institucional, mas o que muda é

que essas variáveis estão mais associadas com a decisão de participar não-institucionalmente que institucionalmente.

Observando os resíduos, eles tendem a ser bastante significativos, mostrando associações fortes, tanto positivas, indicando as relações entre baixa escolaridade e baixa participação não-institucional (6,5), quanto negativas, como no caso do distanciamento entre ter alta escolaridade e participação muito baixa (-7,6). Eles indicam, de forma bastante enfática, que a escolaridade é um divisor de águas em relação a baixa participação não-institucional. Além disso, outros resíduos positivos indicam que quem tem ensino superior completo tende a se engajar mais na participação não-institucional desde uma participação mediana até de alta intensidade. Ao contrário, cidadãos sem instrução ou com pouca escolaridade apresentam resíduos negativos conforme aumenta a intensidade de participação.

Tabela 4 – Distribuição da participação não-institucional conforme a escolaridade

Participação não-institucional	Sem instrução e ensino fundamental incompleto		Ensino fundamental completo/Ensino médio incompleto		Ensino médio completo/Ensino superior incompleto		Ensino superior completo ou mais		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Muito Baixa	N	384	177	363	169	1093			
	%	63,2%	55,3%	44,3%	25,5%	45,3%			
	R.p.	6,5	2,7	-0,5	-7,6				
Baixa	N	158	93	278	222	751			
	%	26,0%	29,1%	33,9%	33,5%	31,1%			
	R.p.	-2,3	-0,7	1,4	1,1				
Mediana	N	33	34	115	143	325			
	%	5,4%	10,6%	14,0%	21,6%	13,5%			
	R.p.	-5,4	-1,4	0,4	5,7				
Alta	N	26	13	54	103	196			
	%	4,3%	4,1%	6,6%	15,5%	8,1%			
	R.p.	-3,3	-2,6	-1,6	6,7				
Muito Alta	N	7	3	10	26	46			
	%	1,2%	0,9%	1,2%	3,9%	1,9%			
	R.p.	-1,4	-1,3	-1,4	3,8				
Total	N	608	320	820	663	2411			
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%			

Chi-Square: 254,059 p=0,000

Fonte: As autoras (2020).

Além de observar a relação entre as variáveis e suas categorias, o que já indicou questões bastante relevantes, especialmente sobre as diferenças no engajamento entre os dois tipos de



participação e o impacto da renda e escolaridade nessas iniciativas dos cidadãos, fez-se ainda o teste de correlação entre as variáveis – trazendo o coeficiente de Spearman – para entender qual tipo de participação mantém maior relação com renda e escolaridade e qual dessas duas variáveis independentes tende a apresentar maior correlação com a participação política. É possível, por meio do coeficiente, ver tanto a força quanto a direção da relação. Por isso, a tabela seguinte mostra os valores do coeficiente de Spearman, divididos pelo tipo de participação e, também, para cada uma das variáveis independentes.

Tabela 5 – Associação de variáveis para participação institucional e não-institucional

Teste de Spearman	Variável	Valor
Participação institucional	Renda	0,109
	Escolaridade	0,139
Participação Não-institucional	Renda	0,256
	Escolaridade	0,334

Fonte: As autoras (2020).

Entre os dois tipos de participação, renda e escolaridade estão mais correlacionadas com a participação não-institucional. Ou seja, a variação de ambas tende a ocorrer de forma mais associada com a variação da intensidade da participação que se dá por outros meios que não os tradicionais. Ainda que não sejam índices tão elevados, constituem mais que o dobro daqueles encontrados na correlação com a participação institucional. Outra informação diz respeito à direção da força, que em todas as variáveis é positiva, ou seja, caminham na mesma direção: na medida em que aumenta a renda e aumenta a escolaridade, eleva-se a intensidade de participação, seja ela de um tipo ou outro. Da mesma forma, quando há diminuição da renda, também se percebe queda na participação.

Já no que diz respeito à variável independente que tem maior correlação com a participação política, verifica-se que nos dois casos trata-se da escolaridade. Ou seja, o aumento da escolaridade tende a estar mais correlacionado com o aumento da participação do que a renda. Apesar de estes dados não indicarem causalidade, é possível compreender, em boa medida, o que tende a estar associado à baixa ou à alta participação, especialmente para pensar e sugerir mecanismos que fomentem a relação entre Estado e sociedade, e políticas participativas que atendam a todos os cidadãos.

Em relação à hipótese 1, é possível confirmá-la. Quando se observa especificamente os cidadãos com menores rendas e como se envolvem com a participação institucional e não institucional, nota-se que em ambos os casos tendem a participar pouco das decisões políticas. Mas, a concentração de cidadãos com menor renda e escolaridade em baixa participação - comparado com os demais grupos e com o percentual geral - é bem maior na participação não-

institucional que na participação institucional. É importante reforçar que apesar da menor concentração de baixa participação não-institucional que institucional, há maiores disparidades entre os grupos quando relacionamos com variáveis independentes. Ademais, a frequência na participação institucional tende a ser baixa no geral e não apenas entre pessoas de baixa renda e escolaridade, o que é diferente do caso da participação não-institucional. Assim, é preciso atenção, pois no geral a participação institucional tende a ocorrer com menor frequência que a não-institucional, porém, quando relacionamos com a distribuição de renda e escolaridade, a participação não-institucional apresenta as maiores discrepâncias se consideramos a comparação interna.

Quanto à hipótese 2, ela também foi confirmada. A participação não-institucional com muita pouca frequência se concentra majoritariamente entre pessoas com baixa renda e escolaridade. Já o percentual de pessoas com alta renda e escolaridade com muito baixa participação é bem menor que a média, sendo que esses dados são ressaltados pelos resíduos padronizados. Da mesma forma, a alta participação tende a se concentrar, majoritariamente, entre pessoas de alta renda e escolaridade. É importante reforçar que apesar da hipótese tratar apenas das ações não-institucionais, pessoas de alta renda tendem a estar associadas a alta frequência tanto da participação institucional quanto não-institucional, como os dados indicaram.

Para complementar esta discussão, inclui-se a variável idade, já que dados recentes da PNAD (2017-2018)<sup>7</sup> apontam o uso da internet de forma mais evidente entre jovens. Neste sentido, em função deste contexto mais próximo do online, trabalha-se com a hipótese de que jovens tendem a efetivar sua participação mais via digital, tanto em relação aos demais cidadãos quanto se comparado com atividades presenciais. Por isso, os dados abaixo indicam a relação entre frequência de participação presencial e idade.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/2697-ie-ibge-educ/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html>

Tabela 6 – Distribuição da participação presencial conforme a idade

Participação Presencial		De 16 a 29 anos		De 45 a 59 anos	Acima de 60 anos	Total
		De 30 a 44 anos				
Muito Baixa	N	544	512	375	282	1713
	%	75,2%	69,6%	68,6%	70,5%	71,2%
	R.p.	1,3	-0,5	-0,7	-0,2	
Baixa	N	98	120	91	63	372
	%	13,6%	16,3%	16,6%	15,8%	15,5%
	R.p.	-1,3	0,6	0,7	0,1	
Mediana	N	48	56	37	28	169
	%	6,6%	7,6%	6,8%	7,0%	7,0%
	R.p.	-0,4	0,6	-2	0,0	
Alta	N	28	37	33	21	119
	%	3,9%	5,0%	6,0%	5,3%	4,9%
	R.p.	-1,3	0,1	1,1	0,3	
Muito Alta	N	5	11	11	6	33
	%	0,7%	1,5%	2,0%	1,5%	1,4%
	R.p.	-1,6	0,3	1,3	0,2	
Total	N	723	736	547	400	2406
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-square: 12.884 p=0,378

Fonte: As autoras (2020).

Como aqui divide-se a participação em online e presencial, é importante salientar que, no geral, a participação presencial – que engloba quatro distintas possibilidades de respostas – tende a se concentrar na baixa frequência. Ou seja, 71% dos respondentes dizem que sua participação em atividades presenciais tem frequência muito baixa. Ou seja, nunca ou raramente participam de ações off-line. Observando-se a relação entre idade e participação presencial, no entanto, não há variações significativas entre elas ( $p > 0.05$ ). Isso significa dizer que a distribuição do índice de participação presencial não tende a estar associada a qualquer questão geracional, podendo participar com alta ou baixa frequência tanto jovens quanto idosos, por exemplo.

Já os dados seguintes, na tabela 7, mostram a relação entre participação online e idade dos respondentes. A participação online, diferente da participação presencial, tende a ter uma distribuição mais equilibrada no índice com 53% dos respondentes apontando para nunca terem participado de forma online, enquanto a frequência de sempre participar online sobe para 11,5%. Aqui, é importante mencionar, tratava-se de uma única variável do banco de dados que remetia a atividades online. Mas, mesmo que fossem somadas as duas categorias de menor frequência de participação presencial – chegando em 65,7% dos respondentes – ainda assim, há menos concentração na pouca participação online se comparada com a presencial. No geral, portanto, a participação online tem sido uma possibilidade aos cidadãos de se tornarem mais ativos

politicamente, ainda que este artigo não avalie características e tipos específicos de comportamentos neste espaço.

Tabela 7 – Distribuição da participação online conforme a idade

Participação online		De 16 a 29 anos	De 30 a 44 anos	De 45 a 59 anos	Acima de 60 anos	Total
Nunca	N	368	335	321	258	1282
	%	50,8%	45,5%	58,4%	63,9%	53,1%
	R.p.	-0,8	-2,8	1,7	3,0	
Raramente	N	94	115	63	32	304
	%	13,0%	15,6%	11,5%	7,9%	12,6%
	R.p.	,3	2,3	-,8	-2,6	
Às vezes	N	131	136	70	41	378
	%	18,1%	18,5%	12,7%	10,1%	15,7%
	R.p.	1,7	1,9	-1,7	-2,8	
Frequentemente	N	62	62	32	17	173
	%	8,6%	8,4%	5,8%	4,2%	7,2%
	R.p.	1,4	1,3	-1,2	-2,2	
Sempre	N	69	88	64	56	277
	%	9,5%	12,0%	11,6%	13,9%	11,5%
	R.p.	-1,5	0,4	,1	1,4	
Total	N	724	736	550	404	2414
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Chi-square:65,190 p=0,000						

Fonte: As autoras (2020).

Assim, percebe-se que espaços online contribuem para efetivar uma maior participação, ainda que isso possa ocorrer de forma distinta ao observarmos a distribuição conforme a idade, o que não ocorria em relação à atuação presencial. A relação neste caso é significativa ( $p < 0,05$ ), o que demonstra variações na distribuição entre as categorias das variáveis, ou seja, a intensidade da participação varia conforme a idade. Os resíduos padronizados, neste sentido, corroboram para reforçar onde estão as maiores concentrações. Como parte de nossa hipótese se referia a uma associação entre ser jovem e estar mais associado com alta participação online, esperava-se já que houvesse variação. No entanto, diferentemente da hipótese, os dados não corroboram tal afirmação.

Quando observada a participação com maior frequência (sempre), nota-se que não há ênfase nos jovens, estando mais presente – ainda que abaixo do limite de mais ou menos  $|1,96|$  – entre pessoas adultas, acima de 30 anos. O resíduo da célula que mostra a relação entre “sempre participa online” e “ser jovem” é, inclusive, negativo, mostrando um afastamento da associação

entre as categorias das duas variáveis. Neste sentido, refutamos a hipótese que associava jovens a alta participação e, especialmente à participação online, já que estaria mais conectado.

Por outro lado, é importante salientar que as maiores associações estão entre pessoas de 30 a 44 anos, com uma participação rara ou às vezes. E, ainda que os jovens não estejam associados à alta participação, vale notar que há uma exclusão significativa de uma parcela considerável de idosos que estão associados positivamente a nunca terem realizado alguma participação online (Rp. 3,0). Claro que chama a atenção que o percentual de idosos participando com alta intensidade é maior que o de jovens, mas também é preciso não perder de vista que quase 64% não tendem a fazer uso da internet para participar de decisões políticas.

Tabela 8 – Associação de variáveis para participação presencial e online

Teste de Spearman	Variável	Valor
Participação presencial	Idade	0,04
Participação online		-0,07

Fonte: As autoras (2020).

Esta última tabela, apenas para complementar os dados, mostra que, diferentemente dos resultados discutidos anteriormente, em que havia associação considerável entre participação e renda e escolaridade, aqui os coeficientes estão bastante próximos de zero, não indicando forte correlação entre as variáveis. Ainda que indiquem sinais diferentes sendo que a participação presencial tenderia a aumentar com o aumento da idade, enquanto na participação online a relação é contrária, basicamente não se percebe correlação, especialmente porque jovens não se mostraram ativos politicamente conforme se esperava, ainda que parte considerável dos idosos tenham demonstrando ausência na esfera política online.

## 6. Conclusão

O artigo teve por objetivo aferir as características da participação política dos cidadãos da cidade de São Paulo, a partir de uma análise de como fatores socioeconômicos podem estar associados aos modos de participar desses indivíduos. Os resultados apresentados permitem concluir que, apesar dos diversos tipos de atividade participativa desenvolvidos em São Paulo nos últimos dez anos, em geral, os habitantes da capital paulista apresentam baixos níveis de participação em todas as modalidades analisadas.

Há, todavia, pontos que merecem destaque dentre os resultados. O primeiro deles é que, apesar de apresentar influência limitada, a renda é uma variável que faz diferença quando se

analisa a participação institucional e aquela não-institucional. Ao primeiro tipo, ela se associa no mesmo sentido, ou seja, quanto maior a renda, maior a tendência a participar em atividades no âmbito institucional. Esse resultado corrobora os achados de Oliveira (2001), que já havia encontrado uma relação positiva entre participação política e renda a partir de dados agregados sobre municípios brasileiros, especialmente em relação à participação eleitoral.

É importante notar que os resultados também corroboram achados de outros estudos, como de Dalton (2013), que já encontrara menor interesse em política entre os mais jovens, e em Moreno e Lagos (2016), cujos resultados apontam para uma maior participação daqueles indivíduos mais velhos, que viveram em um regime autoritário e em uma democracia, pois teriam um ponto de comparação e valorizariam mais essas oportunidades. Desaponta constatar que, apesar de o Movimento Passe Livre, que agitou as ruas da capital paulista em 2013, ser liderado por jovens, assim como, de acordo com a última Pesquisa Brasileira de Mídia (2016), essa mesma parcela da sociedade ter mais acesso à internet, cidadãos entre 16 e 29 anos não foram os mais participativos em atividades offline ou online, o que refuta a terceira hipótese deste trabalho. É, preciso, no entanto, destacar que há também muitos idosos que nunca participaram online, ainda que se tenha percebido que uma parcela parece usar o espaço online para participação. É justamente o fato de nunca terem participado online que faz com que haja uma relação negativa entre idade e maior participação online.

As duas primeiras hipóteses, por outro lado, (H1 – cidadãos com menores renda e nível de escolaridade tendem a aderir mais a atividades participativas institucionais em comparação àquelas não-institucionais; H2 – atividades relativas à participação não-institucional tendem a ser mais frequentemente praticadas por cidadãos com maior renda e maior nível de escolaridade), podem ser consideradas confirmadas. Essa confirmação se explica pelo fato de maior renda e escolaridade estarem associadas com a maior participação em atividades institucionais, sendo esses fatores ainda mais significativos para a participação não-institucional. Neste último caso, as diferenças na renda e na escolaridade tendem a mostrar uma maior variação na distribuição da intensidade da participação, ou seja, interferem mais na possibilidade ou não de engajamento dos cidadãos.

É bem verdade que, quanto menor a renda, se torna mais difícil ao cidadão comparecer a situações de engajamento público presenciais junto a organizações da esfera civil. Pessoas com menor renda em São Paulo tendem a trabalhar por mais horas, para aumentar essa renda, devido ao alto custo de vida dessa megalópole. Além disso, por se movimentarem majoritariamente com transporte público e morarem quase sempre distantes do local de trabalho, gastam boa parte do dia divididas entre o trabalho e a locomoção, dificultando o engajamento político, especialmente, em atividades não-institucionais.

A partir dessa análise, pode-se compreender que os hábitos participativos dos paulistanos relacionados ao campo da política, mesmo que tenha havido variações significativas, não chegam

a determinar grupos específicos e totalmente segmentados. Há tendências e associações, mas não é possível, por exemplo, dizer que há predominantemente jovens participando em espaços online ou que somente quem tem condições socioeconômicas acessa formas de participação não-institucionais. Elas tendem a facilitar o engajamento político, como ficou perceptível, mas é preciso explorar outras possíveis variáveis que incidem neste processo. Como visto na literatura, o leque de fatores associados à participação é amplo e complexo. Ainda assim, não se pode perder de vista que muitas vezes as decisões políticas acabam levando em consideração opiniões e ações que não são dadas/realizadas por quem, de fato, é mais impactado pelos efeitos das políticas públicas. Pensar alternativas para minimizar os impactos de variáveis socioeconômicas no engajamento ou elaborar formas de participação que possam chegar a todos os cidadãos é um desafio para as instituições políticas e governos, para que se possam fortalecer, de fato, processos participativos nas democracias contemporâneas.

## Referências

- ABERS, Rebecca; BULOW, Marisa Uon. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade? *Sociologias*, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 52-84, set./dez. 2011. DOI: [10.1590/S1517-45222011000300004](https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000300004).
- Aichholzer, Georg; Allhutter, Doris. Online forms of political participation and their impact on democracy. *Manu:Script*. Vienna, 2011.
- Avritzer, Leonardo *et al.* *Relatório da pesquisa participação e distribuição nas políticas públicas do Nordeste*. Projeto Democracia Participativa, Belo Horizonte, março de 2007.
- Bonifácio, Robert. "Nem só de voto vive o cidadão": Determinantes do engajamento dos brasileiros em atividades participativas que extrapolam a arena eleitoral. *Anais do 36º Encontro Anual da ANPOCS*, Águas de Lindoia, São Paulo, 2012.
- Booth, John; Seligson, Mitchell. *The legitimacy puzzle in Latin America: political support and democracy in eight nations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. 376 p.
- Borba, Julian; Gimenes, Éder R.; Ribeiro, Ednaldo. Bases sociais, atitudinais e comportamentais do apartidarismo brasileiro. *Novos estudos*, n.101, Cebrap, 2015.
- Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Comunicação Social. *Pesquisa brasileira de mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira*. Brasília: Secom, 2016.
- Brody, Richard. Party identification and beyond: Representations of voting and party competition. *American Political Science Review*, vol. 72, n. 2, p.716-718, 1978.

Camargos, M. *Do bolso para as urnas: a influência da economia na escolha entre Fernando Henrique e Lula nas eleições de 1998*. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1999.

Dalton, R.J. *The apartisan American: Dealignment and changing electoral politics*. Washington, DC: Sage, 2013.

Faria, Cristiano Ferri. *O Parlamento aberto na era da internet: Pode o povo colaborar com o Legislativo na elaboração das leis?* Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

Faria, Cláudia Feres. *Democratizando a relação entre poder público municipal e a sociedade civil: o orçamento participativo em Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

Fuks, Mário; Paulino, Rafael O.; Casalecchi, Gabriel A. Socialization and Political Regimes: The Impact of Generation on Support for Democracy in Latin America. *Brazilian Political Science Review*, 12(1), 2018. DOI: 10.1590/1981-3821201800010001

Inglehart, Ronald. Postmodernization, authority, and democracy. In: Norris, Pippa (org.). *Democratic Phoenix: political activism worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

Inglehart, R; Welzel, C. *Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence*. New York: Cambridge University Press, 2005.

Koussouris S.; Charalabidis, Y.; Askounis, D. A review of the European Union eParticipation action pilot projects. *Transforming Government: People, Process and Policy*, v. 5, n. 1, 2011, pp. 8-19. 2011.

Lavalle, Adrian Gurza. Após a participação: nota introdutória. *Lua Nova*, São Paulo, n.84, p. 13-23, 2011. DOI: 10.1590/S0102-64452011000300002.

Leston-Bandeira, Cristina. Parliamentary petitions and public engagement: an empirical analysis of the role of e-petitions. *Policy & Politics*, 2019, p.1-22. DOI: 10.1332/030557319X15579230420117 (online first).

\_\_\_\_\_. Towards a trustee model? Parliamentary representation in the internet era: the Portuguese case. *Parliamentary Affairs*, v. 65, n. 2, p. 425-447, 2012.

Mainwaring, Scott; Pérez-Liñán, Aníbal. *Democracies and dictatorships in Latin America: emergence, survival, and fall*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. 368 p.

Milbrath, Lester. *Political participation: how and why do people get involved in politics?* Chicago: Rand McNally and Company, 1965.

Mitozo, Isabele B. *E-Participação nos parlamentos: Desenvolvimento e uso de iniciativas pela Câmara dos Deputados brasileira e pela House of Commons britânica* (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Paraná, 2018. 267p.



\_\_\_\_\_. *Participação e deliberação em ambiente online: um estudo do Portal eDemocracia*. Dissertação [Mestrado em Comunicação], Universidade Federal do Ceará, 2013.

Moreno, Alejandro; Lagos, Marta. Latin America: the modest dividend of growing up democratic. In: Denmark, David; Mattes, Robert; Niemi, Richard G. *Growing up democratic: does it make a difference?* Boulder: Lynne Rienner, 2016. pp. 26-63.

Norris, Pippa (ed). *Critical Citizens: global support for democratic government*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

Oliveira, João Barbosa. *Renda per capita, desigualdades de renda e educacional, e participação política no Brasil*. Mestrado em Economia. Pontifícia Universidade Católica – RJ, 2001.

Ribeiro, Ednaldo; Borba, Julian; Fuks, Mário. Contexto democrático, escolaridade e tolerância política na América Latina. *Anais do VIII Congresso Latinoamericano de Opinión Pública*, Colonia Del Sacramento, Uruguay, 2018.

Sampaio, Rafael Cardoso. *Participação e deliberação na internet: um estudo de caso do orçamento participativo digital de Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais.

Sani, Giacomo. Participação política. In: Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Trad. Carmen C. Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. Vol.1. pp. 888-890.

Segurado, Rosemary; Chicarino, Tathiana; Chaia, Vera. Mandato coletivo: a candidatura da Bancada Ativista nas eleições de São Paulo. In: Massuchin, Michele G.; Cervi, Emerson U.; Cavassana, Fernanda; Tavares, Camilla Q. (Orgs.) *Comunicação e Política: Interfaces em esferas regionais*. São Luís: EDUFMA, 2019.

Verba, Sidney; Nie, Norman H. *Participation in America: Political Democracy and Social Equality*. New York: Harper and Row, 1972.

Verba, S.; Schlozman, K.L.; Brady, Henry E. *Voice and equality: Civic Voluntarism in American Politics*. Harvard University Press, 1995.